

Governo deve lançar pacote com normas anticorrupção em dezembro

O ministro Wagner Rosário, da Controladoria-Geral da União, informou que o governo deve aprovar em dezembro um pacote com mais de 200 recomendações anticorrupção.

Agência Brasil



Ministro Wagner Rosário disse ações são inspiradas em recomendações internacionais
Agência Brasil

O chamado "plano nacional anticorrupção" é fruto do trabalho conjunto desenvolvido com o Ministério da Justiça, GSI, Ministério da Economia e AGU. Trata-se de um grupo interministerial para estudar ações contra a corrupção, montado no início do governo.

"É um grupo que não quer disputar espaço, mas é uma forma interna do governo traçar estratégia anticorrupção. Cada órgão tem sua visão", afirmou nesta segunda-feira (23/11), no webinar do CNJ sobre as estratégias globais para reduzir a corrupção.

Rosário disse que o projeto deve contar com ações a serem cumpridas até 2025. Todas estão voltadas para recomendações internacionais — até agora já passam de 240 recomendações, informou o CGU. Uma das ações deverá tratar da regulamentação do *lobby*, que até hoje não está previsto em lei, mas que é tema de projetos de lei em tramitação.

Ele destacou que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem recomendando que as estratégias para implementar *compliance* não podem ser voltadas apenas para medidas internas aos órgãos públicos. "Tem que passar por mudança de cultura da sociedade como um todo."

Uma forma de pacificar o tema no país veio com o Decreto 9.203/2017 e que estabeleceu a criação de "unidades de *compliance*" em toda a administração pública. "Há dois meses, todas os órgãos passaram a ter essa unidade. E na semana passada, todas passaram a ter também planos implementados", contou.

Crime contra a humanidade



A abertura do webinar contou com rápida manifestação do ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. O ministro voltou a criticar o peso da corrupção nos investimentos no Brasil.

"A corrupção rouba da sociedade escolas, hospitais e serviços vitais. E afasta investimentos estrangeiros importantíssimos para o nosso país", afirmou. "Corruptos e corruptores, no afã de maximizarem suas rendas através da apropriação da coisa pública, não se dão conta de que cometem um crime contra a humanidade."

O ministro citou o aumento medidas para o combate à corrupção, destacando as normativas brasileiras como a Lei 9.613/2018, que tipifica o crime da lavagem de dinheiro, e as leis da Transparência (131/2009); de Acesso à Informação (12.527/2011); e de Combate às Organizações Criminosas (12.850/2013).

E reforçou seu discurso de que o combate à corrupção "exige trabalho coordenado e estratégico, com a adoção de medidas preventivas e repressivas". Inclusive, esse é um dos compromissos de sua gestão: desenvolver e implementar novas metodologias e ações voltadas ao fortalecimento da atuação da Justiça na prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e à criminalidade organizada.

Já o ministro da Justiça e da Segurança Pública, André Mendonça, abordou algumas operações contra corrupção nos últimos anos. Para ele, o Brasil deve evitar acreditar que a "lava jato", por si só, será suficiente para acabar com a corrupção.

"Por que a operação mãos limpas não transformou a realidade na Itália? Ou seja, por que não eliminou a corrupção? Porque se tinha essa esperança. Porque acreditou que se bastava a operação mãos limpas, que bastava a punição", afirmou, comparando as duas operações.

Mendonça defende que as instituições e órgãos invistam em ferramentas "dentro de casa", ou seja, mecanismos de governança e *compliance* nas áreas pública e privada.